

Revitalizando o saber-fazer: o projeto de urbanização de Ponta Negra na perspectiva de redes sociais

Anette Pereira¹
Mariana Baldi
Fernando Dias Lopes

Resumo: Estudos relacionados ao turismo tendem a focar a sua vertente econômica. Entretanto, atualmente tem-se reconhecido o papel social da atividade. Políticas de desenvolvimento do turismo focaram na modificação do espaço, considerando também variáveis sociais e ambientais dentre elas o PRODETUR/NE, envolvendo uma rede de relações entre atores. Este artigo se propõe a apresentar as principais concepções teóricas sobre as formas de análise de redes de organização, bem como avaliar o Projeto de urbanização da praia de Ponta Negra na perspectiva de análise de redes sociais. Assim, traçou um mapa teórico dos principais conceitos em turismo e da perspectiva das redes sociais enquanto ferramenta de análise. Discorreu sobre as ações do PRODETUR/NE e o Projeto de urbanização da Praia de Ponta Negra, apresentando uma análise do projeto sobre a perspectiva de redes sociais, traçando a estrutura de sua rede de relações, bem como do significado das relações por intermédio dos tipos e formas de laços encontrados, recursos que fluíram nas interações e negociações, bem como relações de poder. Por fim, conclui que a ferramenta de análise de redes é adequada para se atingir uma nova proposta do saber turístico, apontando para as limitações do trabalho.

Palavras-Chave: Redes sociais. Turismo. Urbanização.

Introdução

O turismo é uma complexa e dinâmica atividade que nasceu juntamente com o capitalismo. A ênfase na exploração econômica do turismo acontece, sobretudo, após a segunda guerra mundial com o advento da aviação comercial.

Apesar disso, com o desenvolvimento das pesquisas em turismo, tem-se reconhecido o papel social da atividade. Neste sentido, tem se firmado como uma ciência humana e social, muito embora seus efeitos econômicos ainda apresentem o seu maior destaque.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA-UFRN. E-mail: anesanti@hotmail.com

A crítica de Moesh (1998) sobre a construção do saber turístico serve como base para uma justificativa do tema apresentado neste trabalho. Segundo o autor, o saber turístico é reduzido às informações e sistemáticas operacionais sobre o seu setor produtivo. Por este motivo propõe que o saber científico no turismo deve aprofundar as causas de um fazer-saber turístico voltado para uma nova agenda de pesquisa, e não um saber-fazer. (MOESH, 1998)

O estudo proposto sugere a revitalização do saber turístico por meio da incorporação de uma nova metodologia de pesquisa nos estudos do turismo. Tem como objetivo apresentar as principais concepções teóricas sobre as formas de redes de organização, bem como proporcionar uma análise de um dos principais projetos de investimentos na área de turismo no Nordeste do Brasil, o PRODETUR/NE.

Como o PRODETUR/NE envolve uma análise mais apurada de suas etapas em todos os estados do Nordeste, realizou-se um corte em suas atividades, focando-se especificamente no Projeto de urbanização da Praia de Ponta Negra, no litoral do RN. Esse recorte pautou-se no critério de impacto que o projeto produziu no sobre a população/comunidade local.

Para este estudo foi realizada pesquisa documental do acervo disponível em jornais locais e na Secretaria Estadual do Turismo do RN, onde se teve a oportunidade de discorrer sobre as ações realizadas, o caráter de participação e de mediação das negociações. Trata-se de um estudo de caso, de caráter exploratório, sendo o caso a Praia de Ponta Negra. A análise se pautou na perspectiva de redes sociais.

I – Turismo e urbanização

O turismo é uma atividade que tem no espaço geográfico o seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2001). Portanto a entrada da atividade turística em determinada localidade proporciona uma urbanização voltada diretamente ao turismo.

A urbanização turística trata-se dos processos pelos quais as áreas urbanas são desenvolvidas com o intuito de produzir, vender e consumir os bens e serviços que proporcionarão prazer aos residentes temporários. (CLAVÉ, 1998).

Diante disso, a atividade turística é consolidada por meio de diversos interesses. Desde empresários, comunidades locais, mediados pelos agentes governamentais. A quebra das barreiras locais com o advento da globalização, aumenta o nível de complexidade quanto aos reais papéis do governo, da iniciativa privada e da comunidade no processo decisório.

Na visão de Porter (1999) o governo tem o papel de assegurar a estabilidade macroeconômica, criar incentivos que dêem origem a competição, desenvolvendo e implementando programas de ação econômica de longo prazo. Além disso, é responsável pela criação e gestão de políticas sociais.

A colaboração entre organizações, poder público e comunidades locais tem assumido um significado crescente quanto à estratégia potencial para a solução de problemas, uma vez que as empresas compreendem que estão em um ambiente aberto e sujeito a mudanças.

II – Redes: conceitos e direcionamentos

Estudar a abordagem de redes implica reconhecer a ligação, ou relacionamentos, entre indivíduos, e as suas devidas conseqüências para qualquer contexto de interação social. Assume-se que todas as organizações podem ser consideradas redes sociais, com uma perspectiva entre atores, e/ou inter-firmas, bem como reconhecendo que o ambiente é um amplo complexo social formado por redes de outras organizações. (NOHIA, 1992)

Grande parte dos argumentos a favor da teoria de redes surge como uma crítica aos trabalhos de Coase (1937, apud Granovetter, 1985), o qual concebe a firma como uma estrutura de governança e de Williamson (1975) em seu argumento dos custos de transação. Assim, as transações movem-se de estruturas de mercados para estruturas de hierarquias. (POWELL, 1990)

Por outro lado, segundo Powell (1990) as firmas tem se engajado em novas formas de negócios colaborativos que nem se parecem com a alternativa de mercado nem com o ideal hierárquico. Nessa linha, defende as formas de redes como uma terceira forma de governança. Nos modos de redes de alocação de recursos, as unidades individuais existem não por elas mesmas, mas na relação com outras unidades. Esses relacionamentos exigem consideráveis esforços para se estabelecer e se sustentar, então restringem a habilidade de ambos os parceiros de se adaptar às circunstâncias de troca.

Outro conceito de destaque na literatura de redes é o de imersão social (Embeddedness). Dacin, Ventresca e Beal (1999), fazendo uso do *insight* chave de Granovetter(1985) imersão social refere-se a contextualização da troca econômica em estruturas sociais.

Nesse sentido, este artigo fundamenta-se nos pressupostos estabelecidos por Powell (1990) em reconhecer as redes como uma nova forma de governança. Entretanto, a análise e argumento deste trabalho estão pautados na vertente de rede enquanto perspectiva de análise, conforme apresentado por Powell e Smith-Doer (1994).

Powell e Smith-Doer (1994) demonstram que para o estudo de redes deve-se considerar duas vertentes de estudo. A primeira está ancorada na sociologia e na teoria organizacional, empregando as redes como um 'dispositivo analítico' reconhecendo as redes enquanto instrumentos de análise. A segunda abordagem, mais multidisciplinar e prescritiva, vê as redes como uma forma de governar relações entre atores econômicos, ou seja, redes como estrutura de governança.

Quanto aos laços estruturais que unem os atores, Powell e Smith-Doer (1994) apresentam as redes como compostas por um cenário de relações, ou laços entre atores, individuais ou organizacionais.

Existem diferentes discussões a cerca das formas e tipos dos laços. Granovetter (1973) estabelece uma classificação de laços fortes e fracos. Os laços fortes podem ser definidos como aqueles em que são formados por pessoas de um mesmo círculo e que disponibilizam informações redundantes. Os laços fracos são aqueles mantidos entre pessoas conhecidas, que não pertencem ao mesmo círculo, e que geralmente disponibilizam novas informações. A partir de sua análise de relações propõe que são as ligações mais fracas que ampliam esse limite das redes, conectando os grupos que não tem elos entre si. (GRANOVETTER, 1973).

Burt (1992), relaciona o conceito de laços no que denomina de buracos estruturais, ou seja a relação de não redundância entre dois contatos. Uma rede densa, com muitas relações redundantes, é ineficiente no sentido de que ela retorna menos informação diversa ao mesmo custo de uma rede mais esparsa, com contatos que levem a outros contatos não redundantes.

Outra posição em relação aos laços é dada por Uzzi (1997) quando se refere aos laços enquanto relações imersas ou enquanto laços arm's length. Em sua pesquisa o autor difere as relações imersas das arm's length por sua característica socialmente construída.

Além dos tipos de laços a literatura de redes conduz também a identificação dos recursos que fluem e os relacionamentos interacionais e as estruturas que os contém desde a frequência de comunicação entre os atores, o tipo e o conteúdo das relações. (STOKOWSKI, 1992)

Powell e Smith-Doer (1994) realçam ainda questões de poder, influência, centralidade e tamanho da rede. Knoke (1990, apud Powell e Smith-Doer, 1994) explicam que uma das vantagens da análise de redes é que reconhece que o poder é situacional, dinâmico e potencialmente instável. A unidade de análise não é o indivíduo, mas a posição ocupada por ele, e as relações e conexões entre as suas posições. (POWELL;SMITH-DOER, 1994)

Por fim, foca-se na centralidade na rede. Bonacich (1987, apud Powell e Smith-Doer, 1994) descreve a centralidade como a extensão com o qual um ator é ligado com muitos outros no sistema. A localização do ator na rede pode indicar a sua relação de poder com os demais atores, determinando a sua influência.

As formas de redes de organizações têm representado discussões acadêmicas voltadas à abordagem da sociologia econômica. Na realidade dos estudos em turismo, é uma abordagem que conduz a uma análise das relações sociais na atividade turística.

III – O Projeto de urbanização de Ponta Negra

O projeto de urbanização da praia de Ponta Negra é uma das ações que englobou a primeira fase de investimentos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

É a partir da década de 90 que a atividade turística alavanca no Brasil com a disponibilização de capital estrangeiro para financiamento da atividade, por meio da Política Nacional de Turismo, instituída no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No que diz respeito ao desenvolvimento do Nordeste duas políticas marcam os principais investimentos no fomento ao turismo: a Política de Mega-Projetos Turísticos e o PRODETUR/NE. A política de mega-projetos turísticos trata-se de projetos de urbanização turística de trechos da orla com grande participação do poder público, dentre eles o Projeto Parque das Dunas Via Costeira. O PRODETUR/NE diferencia-se da política de Mega-Projetos por beneficiar todos os estados da região nordeste. É uma política que em sua primeira fase se restringe à criação de infra-estrutura urbana em localidades consideradas relevantes para o desenvolvimento do turismo regional. (CRUZ, 2001)

Em Natal-RN o investimento na atividade teve início com a construção da Via Costeira, a avenida litorânea visando a prover um corredor de hotéis à beira-mar com o intuito de dar condições significativas de competitividade regional e nacional.

Com a construção da via costeira é possibilitada uma maior abertura para que a Praia de Ponta Negra se consolidasse como um complexo turístico de representatividade regional. No estado do Rio Grande do Norte o investimento do PRODETUR/NE I atingiu o montante de US\$ 41.870.822, direcionado a projetos de saneamento básico, recuperação ambiental – plano de manejo e operações do Parque das Dunas; desenvolvimento institucional, Aeroporto e transportes. (PDITS, 2001)

Neste cenário e como exigência do próprio programa, é criado em 1999 o conselho do Pólo Costa das Dunas para viabilizar e atender as necessidades de todos os atores envolvidos com os processos, visando à criação do Plano de Desenvolvimento de Turismo.

O PRODETUR/ RN, resultante do PRODETUR/NE I, teve as suas atividades efetivamente concentradas entre os anos de 1995 e 2002. Uma de suas principais ações enquanto transformação de espaço foi a urbanização do bairro de Ponta Negra. (COSTA, 2006). Tal política teve início com o acordo assinado pelo Banco do Nordeste e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no ano de 1994. Posteriormente o Banco do Nordeste consolida contrato com os demais Estados nordestinos, os quais seriam os seus mutuários nas diversas ações de implementação de infra-estrutura.

O projeto de urbanização do Bairro de Ponta Negra foi englobado no componente transporte de investimentos das ações do PRODETUR/RN. De acordo com o relatório do PDITS (2001), o projeto de urbanização da orla de Ponta Negra abrangeu as ações de pavimentação de ruas de Ponta Negra e urbanização da Orla.

A urbanização da orla efetivamente foi consagrada entre os anos de 1999 a 2002 possibilitando um ganho paisagístico para a praia de Ponta Negra. Para isso, foi efetuada a retirada das antigas barracas existentes na orla. A retirada das barracas foi realizada por intermédio da Prefeitura de Natal através de seus órgãos Secretaria de Serviços Urbanos-SEMSUR, a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, Urbana e Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência social - SEMTAS, que efetuaram as negociações com os barraqueiros, realizando os cadastramentos necessários. Implantou-se um calçadão ao longo de 1,5 km de praia dotado de guarda corpo e bancos de madeira. (PDITS, 2001). Foram

organizados quiosques de praia padrões os quais foram posteriormente distribuídos com alguns antigos barraqueiros da praia. A urbanização foi realizada por meio de licitação pública que culminou na contratação da empresa Proexcon para a realização das obras.

Reportagens da época evidenciam a temática e os impactos gerados pela retirada dos barraqueiros para o bairro de Ponta Negra. Isso permite identificar inicialmente os atores participantes do processo de negociação. O jornal Diário de Natal (2006) em uma reportagem sobre a especulação imobiliária de Ponta Negra traça um mapa histórico do Bairro. A reportagem destaca que após perder as práticas agrícolas o bairro se dedicou a movimentar a economia por intermédio do comércio, surgindo assim os barraqueiros. Na mesma reportagem o professor Antonio Leal descreve que muitos dos moradores que perderam as barracas não foram contemplados com quiosques, tendo que viver de atividades de catar lixo, atividades informais, mudando completamente o seu estilo de vida. Segundo o professor, a urbanização da praia destruiu o caráter de vida familiar propiciando o aproveitamento de mão de obra barata, surgimento de prostituição de grande escala e uso de drogas.

Por fim, o processo de urbanização da praia de Ponta Negra foi efetuado por meio de uma decisão tomada pelo poder público visando a incentivar a criação de infra-estrutura turística e de possibilitar a atração de investimentos da iniciativa privada. Percebe-se que as decisões foram tomadas hierarquicamente nesta rede de relações, de cima para baixo, fazendo uso do poder de autoridade formal das prerrogativas de cargo dos Governos estaduais.

Não se distingue na pesquisa iniciativas de organização da comunidade para a reivindicação de seus benefícios. Parece estar mais claro uma ausência ou omissão da comunidade de um lado e por outro lado a existência de um governo que não apresenta interesse de inserir mais um ator que corrobore com (ou que ‘dificulte’) as ações definidas pelo governo federal. Apesar disso, existe o argumento de que as comunidades estão abertas a participação no Pólo de turismo Costa das Dunas, muito embora pouco seja o incentivo APARENTE para isso.

Ressalta-se no PRODETUR/NE que em sua essência valorizou-se a capacidade intrínseca da atividade turística de geração de empregos diretos e indiretos e possibilidades de melhorias nos orçamentos dos municípios. No entanto são marginalizadas as dimensões sociológicas específicas encontradas no setor de serviços. (COSTA, 2006)

IV – O Projeto de urbanização sobre a perspectiva de redes

Visando-se a avaliar o projeto de urbanização da praia de Ponta Negra cabe inicialmente traçar um mapa dos principais atores identificados na pesquisa enquanto envolvidos no processo.

Como pré-requisito para a existência do projeto, a sua própria diretriz estabelece o governo do Estado como ator central e articulador desta rede de atividades e interações. O PRODETUR/NE exige a criação de uma unidade especial denominada Unidade Executora Estadual - UEE, a qual está vinculada diretamente a Secretaria Estadual de Turismo para que faça a intermediação entre Governo, bancos de desenvolvimento, tenha participação no Pólo de Turismo, por onde as decisões devem ser passadas e aprovadas, bem como estabelecendo a licitação e contratação da empresa terceirizada participante.

Por se tratar de pavimentação de ruas e urbanização da orla a empresa vencedora da licitação PROEXCON, construtora, possui relação direta com a UEE, relação esta regida por intermédio de contratos formais, o qual estabeleceu valores, etapas e metas de serviços.

Os bancos de desenvolvimento financiadores do projeto foram o BID e o Banco do Nordeste - BNB, tendo o BNB participação direta nas reuniões do Pólo de turismo.

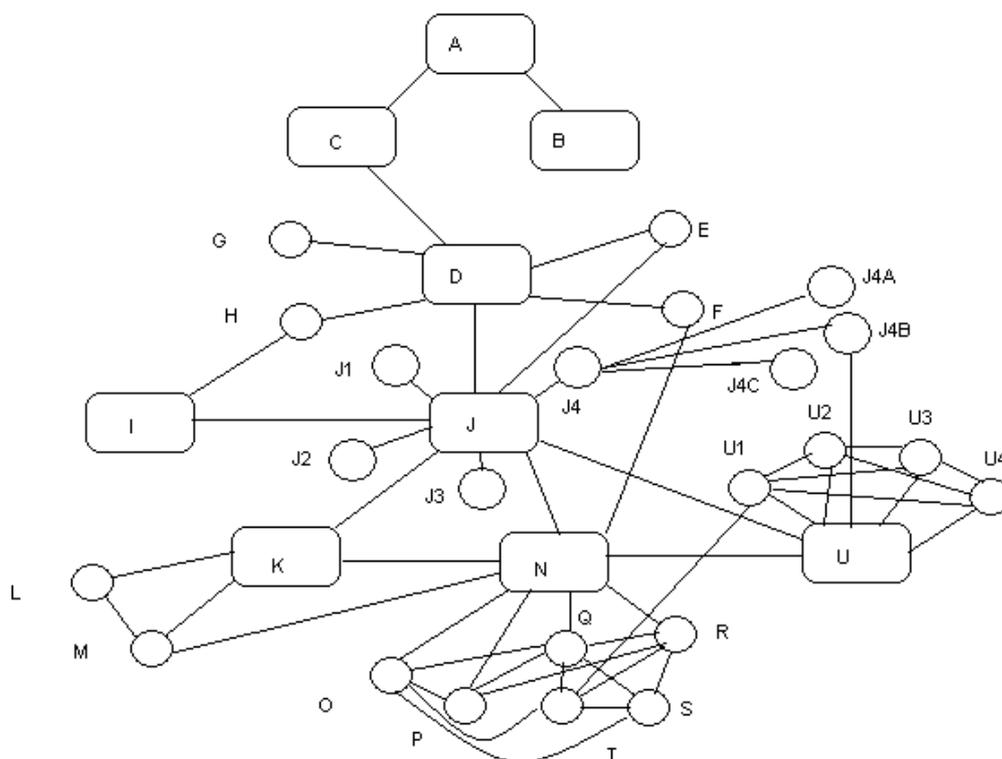
Os principais órgãos do poder público municipal envolvidos no projeto foram a SEMSUR, SEMURB, URBANA e SEMTAS.

Dentre os órgãos do estado de maior relevância tem-se a UEE do PRODETUR, o Departamento de Estradas e Rodagem, o Instituto de Desenvolvimento de Meio Ambiente - IDEMA, a Secretaria de Turismo Estadual e a Secretaria de Infra-estrutura. É importante ressaltar que na época do projeto que se estendeu de 1999 a 2002, a estrutura da UEE era diferente da estrutura que se possui hoje, mas que por falta de documentação que salvaguardem a história da implantação não se teve acesso a essa estrutura. Atualmente, é formada por uma sub secretaria de estado do turismo e coordenação do PRODETUR_RN, quatro coordenadorias: Coordenadoria Administrativa e financeira, Coordenadoria Operacional, Coordenadoria técnica e Coordenadoria jurídica. As coordenadorias operacional e técnica contém 7 sub coordenadorias que constituem a equipe de trabalho para controle e realização dos projetos que ainda estão em andamento do PRODETUR I e do PRODETUR II. Estas,

embora não existissem no início da implantação do projeto foram criadas já na sua fase final e por considerar a dinâmica das redes serão incluídas no mapa de relações traçado.

| A figura abaixo representa o desenho da rede social desenvolvida para implantação do projeto.

Figura I: Rede Social do PRODETUR/RN I.



Legenda: A – Governo Federal; B – Patrimônio Histórico da União; C – Ministério do Turismo; D – Governo Estadual; E – Secretaria de Turismo; F – IDEMA; G – Secretaria de Infra-Estrutura; H – DER; I – PROEXCON; J – UEE/ PRODETUR; J1 – Coordenadoria Administrativo-financeira; J2 – Coordenadoria jurídica; J3 – Coordenadoria Operacional; J4 – Coordenadoria técnica; J4a – Sub coordenadoria de articulação e planejamento; J4b – Sub coordenadoria de articulação municipal; J4c – Sub coordenadoria histórico cultural; K – bancos de desenvolvimento; L – BID; M – BNB; N – Pólo Costa das Dunas; O – Universidades; P – Iniciativa Privada; Q – Associações; R – Representantes do sistema “S” (SEBRAE, SENAC); S – demais conselheiros; T – Barraqueiros; U – Poder Público Municipal; U1 – SEMTAS; U2 – SEMSUR; U3 – SEMURB; U4 – URBANA.

Fonte: Desenho do Autor

No que diz respeito aos laços relacionais e as relações estabelecidas pode-se identificar que o ambiente é bastante complexo, formado por redes de outras organizações. Grande parte dos laços foram firmados por relações hierárquicas. As principais relações se consagraram hierarquicamente devido a complexidade do projeto que previa transação de investimentos específicos (especificidade dos ativos) que neste caso não poderiam ocorrer através de uma interface de mercado. A articulação política, visando a restringir ações econômicas oportunísticas também efetuou as negociações baseadas neste tipo de laço. A relação de mercado pode ser identificada no processo de licitação da firma construtora responsável pela obra.

Entretanto, a colaboração existiu, sobretudo nas reuniões do pólo de turismo com um enfoque de confiança entre os atores. Uma característica marcante da existência do pólo é o trabalho em conjunto no que Powell (1990) chamou de componentes críticos das Redes: Know-how, demanda por rapidez e confiança. Para a execução do Projeto de urbanização de Ponta Negra, o fator mais marcante foi o de demanda por rapidez, seja na troca de informações, ou de recursos, na aprovação das medidas e na confiança entre os atores.

Para a análise do projeto de urbanização de Ponta-Negra os laços imersos podem ser identificados entre os barraqueiros, na luta pelos seus direitos, embora ainda predominasse uma interface de mercado, uma vez que era sabido que nem todos seriam beneficiados pelos novos quiosques construídos. Entretanto, considera-se os laços imersos que pré-existiam na sua estrutura social. Não existem registros que relatem sobre o caráter de reciprocidade entre os barraqueiros e a confiança existente entre os mesmos.

Quanto à força dos laços, os laços fortes podem ser visualizados entre os atores pertencentes ao pólo de turismo, uma vez que já possuem relações dentro e fora do pólo. Obviamente, não se pode tratar de uma forma generalizada, uma vez que esta análise não permite detectar exatamente qual o grau relacional entre os parceiros. Os laços fracos podem ser percebidos entre pessoas, ou atores, conhecidas, que se ligaram por uma necessidade de articulação em conjunto, e que cooperaram devido à própria articulação política e o grau de confiança construído. Dentre estes se pode observar comunidade local e representantes do sistema “S” por exemplo.

É importante perceber que esta articulação está baseada em critérios políticos, sendo determinada pelos cargos que se encontram no poder situacional, impactando significativamente na dinâmica da rede.

Em uma abordagem de poder e influência a análise do projeto permitiu consolidar o poder de autoridade, de influência e de dominação, constituída na perspectiva situacional de distribuição de poder que permanece estável para quem está na posição ocupada no cargo. Em outras palavras, quem está na condição de articulador, possui condições de barganha provida pelo poder do cargo para negociação. Ou ainda, o poder público municipal em relação aos barraqueiros, que ocupavam uma área de maneira irregular e que a prefeitura legitimada pelo seu poder efetuou a retirada dos mesmos do local.

No que diz respeito ao critério de redundância da rede, pode-se visualizar uma rede densa com muitas relações redundantes. Embora ela seja aparentemente ineficiente, em função de sua arquitetura, o número de atividades e semelhanças entre os papéis dos articuladores induz a redundância das informações. O ator que estava na localização central na rede era de fato o que detinha maior poder de barganha, neste caso a Unidade Executora Estadual, devido ao seu papel de articuladora com acesso a todas as informações que circulavam na rede. Apesar do caráter de redundância das relações a própria estrutura da arena de negociações traçou as conexões entre os atores, poucas sendo as relações de não-redundância encontradas.

Quanto ao conteúdo dos laços, estes apresentaram fluxo de recursos, contratos e informações. A frequência de interações entre os atores se deu de maneira sistemática a medida que a tomada de decisões exigia a interação. Essa frequência era no mínimo semestral em reuniões do pólo, mas maximizada na tomada de decisões diárias.

Por fim, destaca-se que embora não existam registros formais do histórico de relações informais entre os atores participantes da negociação, não se pode deixar de frisar a sua importância quanto ao impacto das ações. Em entrevista com representante da UEE/PRODETUR, este esclarece que a existência de relações informais facilitou o acesso a determinadas informações e pessoas para minimizar trâmites burocráticos que por vezes impedem ou tornam mais lento o funcionamento da máquina pública.

V – Considerações finais e direcionamentos futuros

Este trabalho se propôs a apresentar uma nova concepção para estudo do turismo, aprofundando-se nas causas de um fazer-saber turístico. Neste sentido considera ter atingido o seu principal objetivo de promover a inserção de um novo tema ou metodologia de análise dentro das pesquisas em turismo.

A pesquisa obteve destaque quanto a dois relevantes aspectos da atividade turística a abordagem social e espacial, bem como o processo de mediação de política de turismo que envolve o interesse de diferentes atores. Diante disso, o seu objetivo de proporcionar uma análise da rede do projeto de urbanização da praia de Ponta Negra foi atingido.

Algumas limitações podem ser apresentadas neste trabalho. A primeira delas refere-se a conotação política do projeto, o que dificultou ter acesso a informações mais precisas das relações inter atores. Não existe um acervo histórico das negociações ocorridas, sequer um projeto bem estruturado que defina as ações e os atores responsáveis. Portanto, o fator de mudanças políticas e a ausência de documentos dificulta a formatação de um modelo de rede que englobe de fato todos os atores que participaram das atividades.

Por fim, estudos complementares a este podem se voltar para pesquisa direta na comunidade da Vila de Ponta Negra e comerciantes informais que permitirão certamente traçar um quadro mais preciso e um conseqüente acervo histórico das relações sociais ocorridas.

Referências

BNB. PRODETUR/NE. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTEGRADO- PDITS**. Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <www.bnb.gov.br>.

Acesso em: 04 12 2007

BURT, Ronald. **Structural Holes: The social structure of competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992

CLAVÉ, S. A. La Urbanización Turística: de la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. Lisboa. p. 17-43, 1998.

CORDEIRO, Patrícia. Agricultores da Vila Sumiram com urbanização. **Diário de Natal**. Natal, 21 May. 2006. Cidades, p. 9.

- COSTA, J. **Modelo de desenvolvimento do PRODETUR/RN: Planejamento Estratégico ou Mercadológico.** Banco de dados. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/turismo16.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2006
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2001.
- DACIN, M. T. VENTRESCA, M.J. BEAL, B.D. The embeddedness of Organizations: dialogue and Directions. **Journal of Management**, v. 25, n.3, , 317-356, 1999.
- GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n.3, 1985
- _____. The strenght of weak tiés. *American journal of sociology*. v.78,
- MOESCH, N. M.. **O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação.** In: Susana Gastal (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer.** S/local: dos autores, 1998.
- NOHIA, N. Introduction: Is a network perspective a useful way of studying organizations? In.: NOHIA,N. ECGLES, R.G.(eds). **Networks and organizations: Structure, form and action.** Boston: Havard business School Press,1992.
- POWELL, W.W. Neither Market Nor Hierarchy: Network forms of organization. **Reserach in organizational behavior**. V.12. 295-336. 1990
- POWELL, W.W. SMITH-DOER, Laurel. **Networks and economic life.** In: SMELSER, N. SWEDBERG, R. **Handbook of Economic Sociology.** 368-402. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994
- PORTER, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- STOKOWSKI, Patrícia. Social Networks and tourist behavior. **The american Behavioral Scientist**. v.2. 212-221. Nov/Dec. 1992.
- UZZI, Brian. Social Structure and Competition in Interfirm Networks: The Paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**. v.1. 35-67. Mar. 1997.